

PATRIMÔNIO: AS VÁRIAS DIMENSÕES DE UM CONCEITO

*Maria Letícia Mazzucchi Ferreira**

Ao se falar de patrimônio é fundamental observar a impossibilidade de aplicar uma definição única, totalizadora, a algo que, tal como afirma José Reginaldo Gonçalves (2003), é uma categoria de pensamento, com sentidos e significados diferenciados conforme o suporte social sobre o qual é abordada. É preciso também pensar que, na origem do termo patrimônio, tal como utilizado nas sociedades ocidentais, está um termo de natureza jurídica, atinente àquilo que é transmissível dentro de uma linha sucessória, motivo pelo qual é necessário ser classificado, inventariado, resguardado (LENIAUD, 2002).

Nessa busca pelas origens do conceito ocidental moderno de patrimônio, o século XVIII é um marco fundamental pois será ali, dentro de um contexto revolucionário francês, que as atribuições do Estado frente ao patrimônio da Nação serão demarcadas. E, nesse momento, o termo contradição se aplica também a patrimônio, quando se observa, de um lado, a fúria revolucionária contra os emblemas da Igreja e da nobreza, que deixou rastros de destruição por todo o território nacional, e, de outro, a criação, por exemplo, do primeiro Museu público, o Louvre. Essa fúria destrutiva e iconoclasta pode ser compreendida também como um reconhecimento de algo deixado à memória (logo a ser obliterado e esquecido) e traz em si significados e atores diversos, tal como pode ser observado ao se analisar determinados locais alvos do vandalismo, como as Igrejas, por exemplo. Sabe-se que, paralelo ou mais importante que o ímpeto jacobino, estavam os representantes da construção civil do momento, que agiram desde a destruição pura e simples, visando a uma possível reconstrução, até o saque de elementos arquiteturais e decorativos, para serem explorados posteriormente. Patrimônio, contradições, diferentes sujeitos e memórias.

* Professora Doutora Adjunta do Departamento de História e Antropologia/UFPel
E-mail: leticiamazz@yahoo.com.br

Patrimônio evoca também o sentido de vínculo com a identidade social de um sujeito, de uma comunidade. As várias identidades que se articulam aos diferentes patrimônios se representam pelos diferentes sentidos que atribuem e as várias possibilidades de reconhecimento que articulam. Aqui é importante lembrar a tendência contemporânea de transformar em patrimônio a memória que originalmente pertenceu a setores dominados, às identidades fragmentadas. Pode-se pensar, por exemplo, numa Alemanha que musealiza os lugares do horror, que monumentaliza a memória das vítimas do nazismo; ou numa Inglaterra que reconhece os templos hindus, memória imigrante, como patrimônio inglês. Estaríamos aqui falando dessa capacidade redentora que parece ter a memória, essência mesma do patrimônio?

Falar de patrimônio é também falar de identidade, ou de afirmação de identidades, e o desaparecimento do signo patrimonial pode colocar em risco ou reforçar esses vínculos identitários. Dentre tantos exemplos, o caso da Catedral da cidade de Reims, na França, tomo como paradigmático. Essa igreja, magnífico exemplar da arte gótica do século XIII, foi dedicada à Virgem Maria, sendo, portanto, uma Notre Dame. Lugar simbólico da nação francesa, nela teria sido batizado Clóvis, inaugurando a realeza cristã, tornando-se a catedral o lugar por excelência para a sagração e coroação dos reis franceses. Como muitos símbolos medievais, a igreja foi perdendo sua importância até ser bombardeada durante a Primeira Guerra, e ter seu telhado totalmente destruído e o interior queimado. Os anos que se seguiram ao término da guerra assistiram a um grande e massivo empenho da comunidade por recuperar a igreja. No material de divulgação das várias ações propostas por um grupo encabeçado por leigos, aparecem as diferentes atividades que eram levadas a termo para angariar fundos para a reforma do templo com o apelo fundamental de que a memória da França teria sido queimada, arrasada. A associação da catedral, lugar da realeza, com uma memória nacional, é feita diretamente, podendo-se observar como o prédio passa a identificar a história não apenas dos remeros, mas a nação francesa de uma maneira globalizadora. É possível pensar aqui que a iminência da perda confere visibilidade ao monumento, reafirmando-o, portanto como patrimônio.

A dimensão afetiva do patrimônio é também um de seus elementos constituintes, manifesta sob diferentes formas que revelam diferentes apropriações e, portanto, sentidos que se tem do

passado. Patrimônio aqui se aproxima do conceito de lugares de memória, que para Nora são esses espaços de condensação de uma memória coletiva, parecem reter o que na verdade comprovam não mais existir. Ao mesmo tempo, é na experiência, no jogo social, que são investidos de sentido os lugares de patrimônio, ou o patrimônio em si. Dos tantos exemplos que se possa dar aqui sobre essas vivências coletivas de apropriação de um lugar de memória, parece-nos ilustrativo um relato sobre um desses espaços de sociabilidade na cidade de Buenos Aires, mas que bem poderia ser em qualquer outro lugar, nos caminhos urbanos dos antigos bairros, antigos armazéns e bares, dos cafés. Um desses cafés, *Los Angelitos*, experimentou um processo interessante de experiência coletiva de patrimônio vivenciado. *Los Angelitos* foi por várias décadas o lugar de referência no bairro, conjugando funções de café, confeitaria e local de sociabilidade densa, passando de geração a geração até ser vendido e posteriormente destruído. Até esse ponto, nada de inovador aparece no relato, ao contrário, é aparentemente mais um dos inúmeros registros de espaços como esse que vão perdendo lugar no cenário das cidades. O interessante fica por conta da reação da comunidade local do bairro frente ao desaparecimento do café: apropriando-se de uma memória coletiva, ocupam o espaço na frente do novo prédio, colocam cadeiras e mesas na rua, reconstróem simbolicamente o lugar-patrimônio. Importante ressaltar que uma grande parte dessa comunidade já não havia freqüentado o *Los Angelitos*, pois pertenciam a gerações mais recentes. Entretanto, essa memória reproduzida é na verdade aquela que mais se poderia aproximar do conceito de coletiva, construção imaginada, representação do passado.

São os significados investidos ao lugar (entendendo-se aqui mais do que a dimensão física de lugar) que o transformam em patrimônio, afirmação já gasta quando se pensa nas mais recentes abordagens de patrimônio que ultrapassam o sentido material do mesmo. Entretanto, são ainda poucos os registros formais de patrimônio que não estejam dentro de um inventário oficial, daí porque nos surpreende encontrar uma placa, disposta na frente de um campo de futebol no bairro popular, na cidade de Lima, na qual se lê: “patrimônio cultural da municipalidade de Callao”. O campo de futebol, que em nada se diferenciava dos campos de bairro que se observa em qualquer cidade brasileira, por exemplo, passou a ter naquele contexto o significado de patrimônio cultural, institucionali-

zado pelo reconhecimento da municipalidade.

Nas diversas considerações que podem ser feitas sobre patrimônio, o aspecto documental do mesmo não pode ser omitido pois é também esse caráter de informar sobre a tradição, sobre uma outra temporalidade, que o faz patrimônio. Nesse sentido, assume um caráter didático, elemento importante de uma formação contínua dos sujeitos. Ao se considerar a existência de um patrimônio imaterial, intangível, não edificado, abre-se espaço para aquilo que a memória registra para além “da pedra e cal”, na expressão utilizada por Maria Cecília Fonseca no artigo de mesmo título (FONSECA, 2003). Essa imaterialidade, entretanto, pode estar ancorada em signos visuais, e nesse sentido é fundamental considerar que o objeto e o visível são elementos de uma leitura do patrimônio, são paisagem no sentido mais social que assume esse termo. Paisagem como entorno, mas também e fundamentalmente como um conjunto de elementos que constituem o cenário da memória, o patrimônio em si.

Patrimônio industrial

Dentre as várias tipologias de patrimônio, uma em específico vem assumindo um espaço importante nas sociedades contemporâneas: o patrimônio industrial. A preocupação em proteger e estudar o patrimônio industrial é uma atitude muito recente. Aliás, todo o patrimônio datado de períodos cronológicos mais atuais e com cunho marcadamente funcional e menos artístico, tem uma menor aceitação, a não ser que constitua em um exemplar arquitetônico excepcional. Como olhar então, no início do século XXI, para vestígios materiais que até tão pouco tempo desempenharam uma função na moldura urbana ou na estrutura econômica da sociedade?

O movimento de defesa do legado industrial teve a sua gênese na Inglaterra, na década de 50, devido à destruição de muitas fábricas, durante a segunda guerra mundial. Não foi por acaso que esse movimento iniciou na Inglaterra, uma vez que lá foi o berço da Revolução Industrial.

Note-se que é precisamente nos países onde a industrialização foi fortemente marcada nos séculos XIX e XX que as ações de reconhecimento desse patrimônio se fizeram sentir primeiramente, como na Alemanha, por exemplo.

A industrialização do século XIX modificou profundamente paisagens, cenários urbanos e estilos de vida. As construções industriais

desse período são, via de regra, marcadas pela grandiosidade física, pelos detalhes arquitetônicos, numa composição que combina elementos de funcionalidade com outros decorativos, numa estética bastante singular que se pode observar, por exemplo, nos prédios industriais do final do século XIX e começo do século XX no Brasil. Os avanços tecnológicos em determinados setores da produção industrial tornaram muitos desses estabelecimentos obsoletos, ocorrendo seu esvaziamento e, por via de regra, abandono. No amplo espectro latinoamericano, esse é o caso não apenas das fábricas oitocentistas, mas de setores da mineração, das manufaturas, e, mais recentemente, das vias férreas e alguns setores da comunicação. Numa terminologia utilizada para abordar esse patrimônio, diz-se que todos esses exemplos constituem uma herança industrial, visto o passado como herança, ou o patrimônio no seu sentido mais profundo. Esses remanescentes industriais são testemunhos de um conjunto de elementos que caracterizam a história de um lugar, de tecnologias, de relações de trabalho, de concepção de espaço e, sobretudo, de memórias que ali se depositam.

Em uma perspectiva, sobretudo européia, os últimos trinta anos marcaram o avanço do reconhecimento e da importância conferida à herança industrial, o que se pode verificar pelo desenvolvimento de uma arqueologia industrial que busca recuperar artefatos industriais e elementos arquiteturais dos vestígios industriais, reveladores não apenas de formas de produção, mas de avanços da engenharia, quando se aborda, por exemplo, as estradas de ferro, as pontes, os elementos de infra-estrutura gerados a partir da indústria e ao seu redor.

O objeto de estudo do patrimônio industrial é amplo e múltiplo, como bem se pode observar, considerando-se as várias áreas produtivas. Entretanto, ao se falar desse tipo de patrimônio, a vinculação parece direta aos setores têxtil, metalúrgico, químico, mineiro, ou qualquer outro que represente essa indústria de meados de século XX. O conceito, no entanto, inclui as obras públicas nos setores de transporte e infra-estrutura comercial e portuária, bem como habitações operárias, etc. Cada universo industrial guarda sua especificidade: o maquinário utilizado é peculiar a cada área de produção, observando-se, entretanto, similitudes nas diversas forças-motrices empregadas ao longo do tempo.

Os edifícios industriais são os testemunhos mais próximos das comunidades, impondo-se pela utilização de uma linguagem,

sobretudo arquitetônica, que pode ser bastante diferenciada do conjunto urbano em si, e o exemplo das Estações ferroviárias construídas em estilo que lembra as edificações inglesas, com tijolo vermelho e uso do ferro, são bem exemplares disso. Mas entende-se como herança industrial não apenas esse patrimônio edificado, mas também e fundamentalmente, os equipamentos utilizados, as técnicas e tecnologias do momento que representam, os documentos de arquivo, os contornos urbanos desses estabelecimentos, as narrativas orais, e todos os demais vestígios que possam revelar esse contexto social e histórico no qual se enquadra esse patrimônio industrial. Como características gerais do que se entende por patrimônio industrial, se poderia afirmar que ele não é contemplativo, como é, por exemplo, a arte. O repertório cultural do qual se lança mão para observar e admirar um edifício industrial é diferente daquele que se utiliza para admirar e compreender uma obra de arte, um exemplar de algum estilo arquitetônico reconhecido, etc. Além disso, o próprio reconhecimento do patrimônio industrial é por si bastante difícil, pois sobretudo estabelecimentos fabris, usinas, minas, e outros, guardam em si uma dimensão profunda do sofrimento que o trabalho físico, as condições ambientais e a disciplina fabril trazem à consciência do observador. A utilização desses espaços não pode deixar, portanto, de levar em consideração esses aspectos, o que bem pode se observar nos projetos atuais de revitalização das antigas minas no México. As experiências atuais desse país no setor da mineração, vem revelando novas abordagens e concepções do que é objeto museológico, e lançam o país como referência nesse domínio.

Ao mesmo tempo, em que pese esses sentidos de sofrimento que são atribuídos aos vestígios industriais, os mesmos são de mais fácil compreensão e reconhecimento, pois falam da vida cotidiana, de pessoas comuns, de ritmos modulados pela fábrica, do trabalho em si.

Antes de passar para exemplos concretos desse patrimônio industrial, duas considerações devem ser feitas. A primeira diz respeito àquilo que é considerado elemento constitutivo desse patrimônio, e nesse sentido temos os elementos tangíveis, como os registros imóveis (edifícios industriais, minas, vias férreas, meios de comunicação, obras de engenharia, etc...) e os registros móveis (arquivos, artefatos industriais, ferramentas, fornos, usinas, motores, máquinas, etc). Tem-se ainda aquilo que se considera como elementos intangíveis como a cultura operária, as formas de

sociabilidade, as maneiras de morar e viver, a dinâmica do trabalho, etc...

A outra consideração a ser registrada é aquela referente ao surgimento na década de 70 (1978), na Suécia, do The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCH), organização não-governamental que vem promovendo a cooperação internacional pelo estudo, pesquisa, documentação, preservação e valorização do patrimônio industrial, buscando sensibilizar os vários setores das sociedades, sobretudo aqueles responsáveis por implementar políticas públicas de salvaguarda e proteção, para a importância desses sítios industriais, não apenas como testemunhos da história de uma cidade, de um país, como pelo potencial de desenvolvimento econômico que trazem em si, ao se pensar, por exemplo, no turismo industrial, largamente desenvolvido em países europeus como Alemanha, França e Espanha. Reconhecimento, proteção e investigação sobre patrimônio industrial é, portanto, o tripé sobre o qual se afirma o TICCH, que ensaia uma representação no Brasil, a exemplo do que já ocorre na Argentina, Peru, Chile, Cuba e México, no âmbito da América Latina.

Exemplos de patrimônio industrial no Rio Grande do Sul

Exemplos concretos do patrimônio industrial na Zona Sul do Rio Grande do Sul são a Fábrica Rheingantz, na cidade de Rio Grande, e o Museu de Telecomunicações, em fase de implantação na cidade de Pelotas.

O primeiro caso foi objeto de estudo de minha tese de doutorado, *"Quando o apito da fábrica de tecidos": memória pública e memória coletiva, a Fábrica Rheingantz, 1950-1970* (2002). Trata-se de um empreendimento têxtil, inaugurado nos finais do século XIX na cidade de Rio Grande, como iniciativa de um sujeito de descendência e tradição alemã, cuja personalidade e trajetória empresarial revela um dinamismo e um modelo bastante reconhecido nas grandes personalidades empresariais brasileiras desses finais dos anos 1800, momento importante na expansão da indústria no país. A Fábrica Rheingantz, desde sua fundação em 1873, foi se consolidando como um elemento fundamental na economia regional, na expansão da malha urbana de Rio Grande, na ocupação de mão-de-obra qualificada, sendo evocada como um dos ícones de uma Rio Grande histórica, testemunho de um tempo de crescimento e riqueza, acompanhada de outros empreendimentos,

o que configurava a cidade como possuidora de um parque industrial.

Essa cidade do passado contrasta com a do presente, na qual o esvaziamento e sucateamento do setor industrial é visível no empobrecimento e na desocupação de mão-de-obra, bem como na deterioração crescente de prédios que outrora abrigaram atividades industriais importantes, como é o caso da Fábrica Rheingantz ou União Fabril, como também é conhecida. Minha pesquisa foi motivada justamente pela observação de incongruências entre aquilo que uma memória pública (compreendida aqui como aquela construída e repassada pela mídia) dizia da cidade, através do slogan "*Rio Grande cidade histórica*", e a indiferença marcada pela ausência de políticas públicas para preservação patrimonial. Busquei então um lugar onde memória e patrimônio estivessem conjugados pela experiência, pela vivência coletiva, e nesse sentido, a Rheingantz foi esse lugar de memória, portador de tempo como afirma Daniel Sibony (1997).

Os últimos vinte anos de existência da empresa familiar Rheingantz (1950-70) foram então tema de pesquisa: documentos, objetos, prédio, casas, somados aos inúmeros depoimentos que obtive de ex-funcionários e gerentes, possibilitaram-me revelar uma outra fábrica, para além dos muros e das estratégias pura e simples de dominação fabril e disciplinarização do trabalho. As leituras, a observação e a escuta dos depoimentos, foram compondo cenários de processos de trabalho, de aportes tecnológicos e técnicas de produção, de usos de maquinários, bem como uma organização interna do trabalho, redes de sociabilidades geradas a partir dele, formas de convivência com a multiplicidade étnica de uma empresa na qual a presença alemã, polonesa, italiana, portuguesa e de outras etnias, se dava ao lado da presença de brasileiros. A vida dentro e fora da fábrica foi sendo tramada nessas urdições que a memória compõe, e a ocupação do bairro Cidade Nova, a ampliação da rede ferroviária, as novas composições arquitetônicas evocadoras da origem germânica, foram tomando forma e importância ao lado da proximidade com a Viação Férrea, das demais fábricas do entorno como o cotonifício Ítalo-Brasileiro, configurando assim um cenário de manifestações de luta operária e de sociabilidade intensa.

A Vila Operária e as Casas da Fábrica foram também espaços fundamentais onde a memória se alojava, trazendo à cena espaços domésticos e de vizinhança, estratégias de disciplina

empreendidas pela empresa, formas diferenciadas de ocupação do espaço, hierarquizações do mesmo através dos níveis de importância, conforto e estilo nos quais as casas foram construídas.

A Fábrica Rheingantz é, portanto, um forte emblema de uma cidade que cresceu, se desenvolveu industrialmente, sendo representada nas falas dos ex-operários como um registro de uma Rio Grande próspera, e, “caso ainda existisse”, a realidade da cidade seria outra. A memória ressignifica o passado, ameniza sofrimentos e traz ao presente aquilo que no presente é importante lembrar.

O complexo industrial e o conjunto arquitetônico composto pelas Casas da fábrica, a Escola Comendador Rheingantz, o antigo Cassino dos Mestres e depois Cooperativa, bem como o prédio da Mutualidade, são protegidos por lei municipal, mas a situação de deterioração se agrava, em cada um desses lugares, à medida que passam os dias. Essa deterioração vem em decorrência da ação predatória do tempo, mas também e fundamentalmente pela ação predatória humana, conferindo ao conjunto um aspecto fantasmagórico de ruínas, um cenário de luto evocado pelos que compõem essa espécie de comunidade de destino que se formou a partir dos ex-operários, muitos dos quais ainda habitando na mesma casa cedida pela empresa quando ingressaram no trabalho. É importante salientar o reconhecimento que essa comunidade confere à fábrica e seu entorno, um profundo significado atribuído à palavra patrimônio, que nesse caso se confunde com as trajetórias de vida desses sujeitos.

Nesse sentido, formas de apropriação desse patrimônio foram sendo engendradas no correr do tempo, como o caso das mulheres ex-operárias, que se encontravam uma vez por semana na fábrica, já quase que inteiramente desativada no ano de 1998, quando comecei a pesquisa. Essa mulheres, ex-fiandeiras, tecelãs, tapeceiras, costureiras, no encontro semanal no interior do prédio com alguns pavilhões já em ruínas, falavam da vida enquanto ensaiavam tecer algum pano, e vez por outra riam ou comentavam fatos do passado, acontecidos ali. Outro exemplo é Seu Hilso, o chefe de uma guarda já desaparecida faz décadas, guardião de uma fábrica que não morre porque, segundo ele, os ex-funcionários ficam recordando, ficam querendo que ela reabra e não a deixam descansar em paz. Até o momento que dei por encerrada a pesquisa empírica, no ano de 2001, Seu Hilso ainda praticava o ritual cotidiano de abrir a fábrica às 7:30 da manhã, fechar às 11:30,

reabrir às 13:30 e fechar às 17:00. Nenhum movimento real de entrada e saída de mercadoria, nenhuma atividade industrial ainda vigente, apenas Seu Hilso, guardião da memória, parte viva desse patrimônio industrial.

Outro exemplo é o do Museu de Telecomunicações, que professores e alunos do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas e do Centro de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS vêm experienciando como um espaço de aprendizagem e experiência no campo tanto museológico como de patrimônio industrial (FERREIRA, 2004: 27-41). O acervo básico é composto por objetos, mobiliário, documentos, fotografias, pertencentes ao antigo Museu da CTMR, desativado por ocasião da privatização da Companhia em 1999. A história da consolidação desse projeto de Museu de Telecomunicações é bastante extensa, envolvendo todo um conjunto de ações e significados importantes investidos nesse acervo de 190 peças.

O acesso, que no começo parecia ser tão-somente composto por objetos, aparelhos telefônicos, centrais, equipamentos técnicos, mobiliário, demonstrou, no entanto, ser muito mais que isso.

Na medida em que a equipe de pesquisa se envolvia com a exposição de parte do acervo ao público (como o que foi feito em junho de 2003 no salão da Biblioteca Pública Pelotense), esses objetos aparentemente frios e desprovidos de uma estética sedutora, foram revelando um conjunto imenso de significados, de vivências, de histórias múltiplas compondo a história de uma empresa. Ao verem seus objetos de trabalho expostos, vários foram aqueles que deles se aproximaram, tocando, observando, relembando momentos de suas vidas na empresa. Em relação às telefonistas, algumas pediam permissão para sentar na cadeira diante da central, e lá reproduziam os gestos repetidos por tantos dias, tantas noites de trabalho, durante tanto tempo de suas vidas. Isso tudo nos levou a implementar o que denominamos Museu de Vozes, com depoimentos desses ex-funcionários e registro dessas narrativas. A tecnologia das comunicações aparece como um elemento de importância fundamental, recuperada muitas vezes pelo *savoir faire* que os ex-funcionários dão a conhecer através de suas falas e do envolvimento que passaram a ter com o Museu. No momento, um antigo funcionário coopera na desmontagem de uma grande central AGF, de origem sueca, e que introduziu a telefonia automática na década de 50. Seu Pedro, tendo trabalhado toda seu

tempo na manutenção dessa central, recolocou o uniforme já em desuso desde sua aposentadoria nos finais dos anos 80, e minuciosamente foi desmontando cada engrenagem dessa central de mais de 400 quilos, com cinco metros de extensão e quatro metros de altura.

É fundamental, para nosso grupo, a compreensão de que nenhum projeto museológico pode deixar à margem essas vivências concretas no campo das telecomunicações, e que essas narrativas devem compor o acervo, pois sem dúvida dele fazem parte. Assim como a Rheingantz, nenhum projeto de restauração ou nenhum projeto museológico pode ter repercussão se não integrar suas comunidades, pois patrimônio deve se conjugar com memória, e essa é matéria da vida.

Referências bibliográficas

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. “Quando o apito da fábrica de tecidos”: memória pública e memória coletiva, a Fábrica Rheingantz, 1950-1970. Tese de doutoramento em História. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi & LOPES, André Luís Borges. História, Memória e Tecnologia: Museu de Telecomunicações de Pelotas. *Cadernos do LEPAARQ*. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V.1, n.2. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária/UFPel, Jul/Dez, 2004, p.27-40.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. IN: ABREU, Regina, CHAGAS, Mario (Orgs.) *Memória e Patrimônio, ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003: 56-76.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento IN: ABREU, Regina, CHAGAS, Mario (Orgs.) *Memória e Patrimônio, ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003: 21-29.

LENIAUD, Jean-Michel. *Les archipels du passé*. Paris: Fayard, 2002.

SIBONY, Daniel. Le patrimoine, un lieu d'être autrement. In: LE GOFF, Jacques (sous la présidence de) *Patrimoine et passions identitaires*. Paris: Fayard, 1997, pp.32-41.

